up Contributions

Fublicaco no Diario Oficial da União de 03 / 04 / 2001

Rubrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo

10140.001989/99-13

Acórdão :

202-12.397

Sessão

16 de agosto de 2000

Recurso

112,708

Recorrente:

PRODADOS – CURSOS DE INFORMÁTICA E DATILOGRAFIA LTDA. –

ME

Recorrida:

DRJ em Campo Grande - MS

SIMPLES - OPÇÃO - Conforme dispõe o item XIII do artigo 9º da Lei nº 9.317/96, não poderá optar pelo SIMPLES a pessoa jurídica que preste serviços profissionais de PROFESSOR ou ASSEMELHADO. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: PRODADOS - CURSOS DE INFORMÁTICA E DATILOGRAFIA LTDA. - ME.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 2000

Marços Virticius Neder de Lima

Presidente

icardo Leite

telator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro. Helvio Escovedo Barcellos, Oswaldo Tancredo de Oliveira, Maria Teresa Martínez López, Luiz Roberto Domingo e Adolfo Montelo.

Iao/cf/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo

10140.001989/99-13

Acórdão

202-12.397

Recurso:

112,708

Recorrente:

PRODADOS - CURSOS DE INFORMÁTICA E DATILOGRAFIA LTDA. -

ME

RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos em exame, adoto e transcrevo o relatório da decisão

recorrida:

"PRODADOS CURSOS DE INFORMÁTICA E DATILOGRAFIA LTDA. - ME, acima qualificada, foi excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, e apresentou à DRF - Campo Grande - MS a Solicitação de Revisão da Vedação/Exclusão à Opção pelo SIMPLES (SRS), tendo aquela autoridade indeferido seu pedido e conseqüentemente excluído-a do sistema desde 1°/04/1999, tendo em vista que é vedada a opção ao Simples à empresa que exerce atividade econômica 8021-7 - educação média de formação geral, como é o seu caso (fls. 16v).

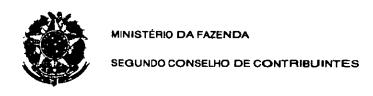
Inconformada, a interessada impugnou aquela decisão (fls. 01), alegando, sucintamente, que seus instrutores de datilografia e informática (sócios da empresa) não são profissionais de nível superior e que se habilitaram para dar instrução; que é empresa pequena e familiar e os cursos ministrados não requerem profissionais de nível superior e que pelo faturamento não tem condições de mantê-la funcionando senão na opção Simples. Os cursos de informática e datilografia não são de educação média de formação geral, pelo que requereu a revisão da exclusão do Simples."

A autoridade monocrática ratificou o ato declaratório, ementando assim sua

decisão:

"SIMPLES. Exclusão.

É vedado à escola de informática e datilografia (cursos livres) optar pelo SIMPLES."



Processo: 10140.001989/99-13

Acórdão : 202-12.397

A recorrente interpôs recurso voluntário, onde solicita que seja analisada a situação da empresa e a exclusão, nos moldes do Novo Estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, e, caso seja excluído, que a validade da exclusão seja a partir do trânsito em julgado desta decisão.

É o relatório.



Processo: 10140.001989/99-13

Acórdão : 202-12.397

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RICARDO LEITE RODRIGUES

O ceme da questão neste processo é o inconformismo da recorrente por ter sido excluída do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, com base no que preceitua o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, pois prestava serviço de professor ou assemelhado.

Com relação ao pedido da empresa de ser analisada a questão nos moldes do Novo Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entendo que nesta lei ficou estabelecido que a União dispensaria a elas um tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações tributárias, previdenciárias e outras, porém, estas diretrizes não retiram do legislador ordinário a competência para, dentro das opções de política tributária do Estado, estabelecer requisitos e condições, no que pertine ao tratamento diferenciado e simplificado naqueles vários setores da sua vida obrigacional.

A própria recorrente admite que ministra cursos de informática e datilografia, sendo estas atividades consideradas como assemelhadas ao de professor, vedada, pois, está de exercer a opção pelo SIMPLES.

Finalmente, no tocante ao pedido da recorrente de que a validade da exclusão seja determinada somente após o trânsito em julgado desta decisão, não poderá ser atendido, pois o art. 4° da Lei nº 9.732/98, que deu nova redação ao art. 15 da Lei nº 9.317/96, estabelece que esta ocorra:

" Art. 15.			
*******************	 	 •	

II – a partir do mês subsequente `aquele em que se proceder a exclusão, ainda que de ofício, em virtude de constatação excludente prevista nos incisos III a XVIII do art. 9°;".

Pelo acima exposto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 2000

RICARDO LEITE RODRI

4